

PSICOPATIA: INFLUÊNCIAS AMBIENTAIS, INTERAÇÕES BISSOCIAIS E QUESTÕES ÉTICAS

PSYCHOPATHY: ENVIRONMENTAL INFLUENCES, BIOSOCIAL INTERACTIONS, AND ETHICAL ISSUES

Resumo

A causalidade da psicopatia reside em uma interação ainda mal compreendida entre fatores genéticos, biológicos, ambientais, sociais e psicodinâmicos. O clássico modelo biopsicossocial hipotetiza que a psicopatia se desenvolve quando há componentes genéticos e neurobiológicos associados a traços de personalidade como impulsividade, com aumento de risco quando esses indivíduos são expostos a uma família disfuncional e agravamento quando o ambiente social do entorno falha na proteção básica. No entanto, outros modelos vêm sendo estudados. Costuma-se categorizar estrutura e funcionamento cerebral, neurotransmissores e hormônios como fatores de risco biológicos; no entanto, a maneira como se manifestam e alterações nessas estruturas podem ter origem tanto genética quanto ambiental, ou refletir uma interação entre ambos, o que é denominado de interação biossocial. Atuando na expressão gênica, fatores ambientais podem modificar o cérebro, alterando os traços psicopáticos e aumentando o risco para a patologia ou, ao contrário (de maneira positiva), protegendo o indivíduo. Com relação às influências ambientais, disfunção familiar é o fator psicológico mais importante, abrangendo comportamento antissocial ou alcoolismo paternos, falta de limites e supervisão enquanto criança e separação ou perda de um dos pais. Trauma infantil pode ter um impacto dramático na saúde mental da criança, estando também relacionado à psicopatia. Por fim, questões éticas são discutidas: A presença da psicopatia altera a responsabilidade penal desses indivíduos? Se sim, de que forma? O lugar do psicopata, após um crime cometido, é a prisão ou o hospital forense? É correto submeter psicopatas a pesquisas e investigações científicas? Essas

e outras questões são abordadas à luz dos conhecimentos e controvérsias atuais.

Palavras-chave: Transtornos de personalidade, etiologia, ética.

Abstract

The causality behind psychiatric disorders lies on a still poorly understood interaction between genetic, biological, environmental, social, and psychodynamic factors. The classical biopsychosocial model hypothesizes that psychopathy develops when genetic and neurobiological components are associated with personality traits such as impulsivity, increasing the risk when these individuals are exposed to a dysfunctional family, and worsening when the surrounding social environment fails to provide basic protection. Notwithstanding, other models have been studied. For instance, brain structure and function, neurotransmitters, and hormones are traditionally categorized as biological risk factors; however, they may have either a genetic or an environmental origin, or they may reflect an interaction between both, characterizing the so-called biosocial interaction. Acting on gene expression, environmental factors may modify the brain, changing psychopathic traits and increasing the risk of developing the disorder or, on the contrary (i.e., in a positive way), protecting the individual. Regarding environmental influences, family dysfunction is the most important psychological factor involved, covering paternal antisocial behavior or alcoholism, lack of boundaries and supervision as a child, and parental separation or loss. Childhood trauma may have a dramatic impact on the child's mental health and is also related to psychopathy. Finally, ethical issues are discussed: Does the presence of psychopathy affect

¹ Psiquiatra forense pela Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), Porto Alegre, RS. Especialista em Psiquiatria Forense pela ABP. Especialista em Psicoterapia de Orientação Analítica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS. Mestre em Ciências da Saúde pela UFCSPA, Porto Alegre, RS. Doutoranda em Ciências da Saúde pela UFCSPA, Porto Alegre, RS. Médica psiquiatra judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJRS), Porto Alegre, RS. ² In memoriam.

criminal responsibility in these individuals? If yes, in what way? Should psychopaths committing crimes be sent to prison or to forensic hospitals? Is it correct to subject psychopaths to research and scientific investigation? These and other questions are addressed in the light of current knowledge and controversies.

Keywords: Personality disorders, etiology, ethics.

INTRODUÇÃO

A personalidade consiste em características afetivas, físicas e intelectuais que dão a cada pessoa tanto individualidade como semelhanças aos demais. É o resultado da interação entre características biológicas ou geneticamente determinadas do indivíduo e o meio ambiente. Há transtorno de personalidade quando os aspectos se tornam rígidos, inflexíveis e mal-adaptativos, havendo significativa ruptura pessoal e social, com padrões de relacionamento desajustados e de caráter permanente.

Alguns transtornos de personalidade colocam o indivíduo mais frequentemente em confronto com a lei, como é o caso do transtorno de personalidade antissocial (TPAS). A relação entre TPAS e o construto psicopatia é controversa: alguns consideram TPAS e psicopatia como o mesmo transtorno; no entanto, apesar dos muitos aspectos comuns e áreas de intersecção, os termos não são intercambiáveis¹. Na psicopatia, há um predomínio de perturbações relacionais e emocionais; no TPAS, predominam as perturbações comportamentais. A maioria dos indivíduos psicopatas tem diagnóstico de TPAS, mas o inverso não é verdadeiro¹.

A psicopatia é uma síndrome que pode ser definida em termos de uma combinação de certos traços de personalidade e conduta socialmente desviante. Tais indivíduos têm uma estrutura de personalidade² caracterizada por uma combinação de aspectos interpessoais, afetivos e comportamentais em que arrogância, insensibilidade, comportamento manipulador e superficialidade nas emoções são salientados. Os psicopatas apresentam-se como lisonjeiros e grandiosos, mas enxergam as pessoas como objetos a serem usados para a própria gratificação, tendo estilo de vida parasita, sem remorso pelos danos que causam a outros, com pobre capacidade de empatia. Evidências emergentes trazem o conceito de variantes fenotípicas da psicopatia.

Comumente, essas pessoas assumem condutas perigosas ou criminosas³, resultando em persistente violação de expectativas e normas sociais, sendo incapazes de aprender com a punição, o que torna pobre a possibilidade de recuperação do comportamento desviante⁴. Encontrou-se incidência de 0,6 a 4% na população geral, com maior proporção em homens⁴.

Os indivíduos portadores de TPAS e de psicopatia são os que mais praticam crimes – inúmeras vezes, os mais graves¹ –, impondo danos significativos⁵. Há forte suporte empírico para afirmar que, frequentemente, os psicopatas demonstram agressividade e altas taxas de reincidência criminal^{1,6-9}. Esse tema ganha importância no que diz respeito à proteção da sociedade contra a violência, assunto extremamente relevante na atualidade.

Diversos autores buscam explicações para a presença e o desenvolvimento da psicopatia. O modelo mais plausível para explicar sua causa envolve uma combinação ainda mal compreendida de fatores genéticos, biológicos, ambientais, sociais e psicodinâmicos que interagem e produzem a personalidade do psicopata^{4,10-12}.

Estudos de neuroimagem cerebral de psicopatas indicam amígdala e córtex pré-frontal menores e com menos atividade, bem como desregulação na homeostase de neurotransmissores (dopamina e serotonina), resposta endócrina alterada (testosterona e cortisol) e resposta autonômica modificada aos estímulos emocionais e estressores⁴. Raine¹³ defende a ideia de que a maneira como os cérebros de tais indivíduos se desenvolvem no início da vida é errática. O autor cogita que isso possa resultar de insultos precoces, como, por exemplo, exposição à nicotina ou ao álcool, ou a algum outro agente teratogênico que interfira no desenvolvimento normal. Algumas estruturas cerebrais, no entanto, são tão profundas que não seriam tão afetadas por agressões ambientais. O mesmo autor questiona, ainda, se a causa da alteração cerebral não poderia ser resultado da própria psicopatia e do crime (com suas características de frieza, insensibilidade e falta de emoção), afinal as imagens cerebrais não permitem afirmar sobre causalidade, e sim apenas demonstram correlação com o transtorno¹³.

Segundo Hare¹¹, criação problemática ou experiências infantis adversas desempenham papel importante na modelagem da genética e biologia, afetando a

evolução da psicopatia e como ela se manifesta em termos comportamentais. Esse autor identificou que os psicopatas de famílias instáveis cometiam atos muito mais violentos do que os provenientes de famílias estáveis. Esses fatores ambientais ajudariam a modelar a expressão do fenômeno, mas teriam menos efeito sobre a capacidade de sentir empatia. Ainda, a qualidade da vida familiar teria muito menos influência sobre os comportamentos antissociais dos psicopatas do que sobre a conduta dos indivíduos que não são portadores de tal síndrome¹¹. A ausência de suporte comunitário para crianças em risco também contribui como fator de risco social.

Quanto à variância na psicopatia, 40 a 60% é genética em sua origem¹⁴, o que significa que fatores genéticos e ambientais contribuem aproximadamente igualmente para o transtorno¹⁴. Depreende-se daí o papel significativo que as influências ambientais têm no desenvolvimento da psicopatia^{14,15}. Apesar de serem responsáveis, por si só, por aproximadamente metade da influência etiológica, os fatores ambientais podem, ainda, influenciar os fatores ditos biológicos, de diversas maneiras¹⁴. Podem, por exemplo, alterar a transcrição genética ou a maneira como uma sequência genética de DNA produz proteínas, o que pode modificar a sinalização neuroquímica e o desenvolvimento cerebral; podem, também, alterar substâncias neuroquímicas, como hormônios (trauma e estresse crônico podem alterar níveis de cortisol e, então, modificar a resposta cerebral ao estresse no futuro); influências ambientais no útero ou na infância precoce podem, por sua vez, alterar o desenvolvimento do cérebro, determinando mudanças em sua estrutura e funcionamento.

Muitas vezes, os diversos fatores estão relacionados, o que torna um desafio a determinação de quais fatores ambientais realmente tiveram influência causal sobre a psicopatia e quais foram somente correlacionados. Às vezes, não é possível saber se um fator atua etiológicamente de maneira genética ou ambiental (por exemplo, ter um genitor antissocial). Ainda, estudos¹⁴ mostram que, em alguns indivíduos, o componente etiológico genético é o mais forte, enquanto que, em outros, o componente predominante é o ambiental. Os mecanismos pelos quais os fatores ambientais influenciam o cérebro são, ainda, amplamente desconhecidos.

A literatura é mais escassa no que diz respeito aos estudos que avaliam a influência dos fatores ambientais na psicopatia quando comparada ao comportamento criminoso em geral¹⁴. Dada a relevância do tema na atualidade e a necessidade de aprofundamento do entendimento clínico, cresce a importância da pesquisa sobre os aspectos causais da psicopatia, a fim de melhor buscar fatores preventivos ou de intervenção precoce⁴. Até porque, para se ter alguma chance de êxito no tratamento, a intervenção tem que ocorrer no início da infância¹¹. Este artigo foca na revisão de atualizações sobre influências ambientais, interações biosociais e questões éticas relacionadas.

FATORES AMBIENTAIS

A capacidade de cuidados parentais e outros fatores familiares têm papel de peso. Sabe-se que disciplina parental errática ou cruel é preditora de ambos os fatores envolvidos na psicopatia: fator 1 – questões afetivas e interpessoais; e fator 2 – características comportamentais antissociais¹⁴. Especificamente quanto ao fator 1, um dos maiores preditores é ter um pai ou mãe com vínculo afetivo frágil enquanto criança, bem como indiferença ou negligência, com pobre supervisão e disciplina¹⁴. Punição física inconsistente e imprevisível também está associada¹⁴. Supervisão inadequada na juventude é preditora do fator 2 na idade adulta¹⁴. No entanto, dado o fato de que o comportamento da criança também pode influenciar a resposta dos pais, bem como os fatores genéticos podem influenciar ambos os comportamentos, torna-se muito difícil estabelecer fator causal.

Conflitos e disfunções familiares também estão associados¹⁴. Disfunção familiar há muito tem sido apontada como o fator de risco psicológico mais importante para psicopatia¹⁶. Nesse sentido, famílias numerosas contribuem para o aumento de conflitos, predizendo especialmente o fator 2¹⁴. Ausência ou morte parental, ou ter sido criado por outras pessoas que não os genitores, também é considerado preditor de psicopatia¹⁴. Déficit de amor e cuidado na primeira infância (por morte, separação ou depressão materna) prejudica o desenvolvimento do apego nessas crianças, sendo também fator de risco. Isso pode alterar a resposta fisiológica ao estresse e proporcionar níveis anormais de cortisol¹⁴. Destaca-se

¹ Psiquiatra forense pela Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSA), Porto Alegre, RS. Especialista em Psiquiatria Forense pela ABP. Especialista em Psicoterapia de Orientação Analítica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS. Mestre em Ciências da Saúde pela UFCSA, Porto Alegre, RS. Doutoranda em Ciências da Saúde pela UFCSA, Porto Alegre, RS. Médica psiquiatra judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJRS), Porto Alegre, RS. ² In memoriam.

aqui a falta de cuidados maternos durante os primeiros 5 anos de vida da criança, o que leva a uma deficiência de desenvolvimento e de socialização¹⁰.

Ter um pai alcoólatra, antissocial ou psicopata é fator de risco¹⁴, mesmo que ele não viva na mesma casa com a família. Além disso, ter um dos genitores com histórico criminal ou ter um irmão mais velho infrator são preditores fortemente relacionados com os dois fatores da síndrome¹⁴. Na realidade, a presença de antecedentes criminais parentais é o fator mais fortemente associado com psicopatia em delinquentes juvenis, significando uma combinação de fatores genéticos e ambientais, com exposição a desajustes familiares, pobreza e aprendizagem de comportamentos antissociais¹⁴. Somado a isso, a criança com pais antissociais também provavelmente terá pobre supervisão e disciplina inconsistente com uma boa educação.

Disfunção familiar é fator de risco para ambos os sexos, mas algumas questões de gênero podem ser destacadas¹⁰. Meninos psicopatas têm maior probabilidade de ser oriundos de famílias grandes, o que facilita sua interação com outros meninos agressivos e carentes, favorecendo o desenvolvimento do comportamento antissocial; já as meninas psicopatas costumam vir de famílias que tendem a ser mais conturbadas.

Alguns estudos mostram que uma disciplina adequada pode diminuir o risco em crianças cujos pais são antissociais^{10,14}; além disso, famílias mais coesas e com estruturas fortes constituem fatores protetores contra o desenvolvimento de tal patologia¹⁶.

Quanto ao *status* socioeconômico, os achados são inconsistentes, com resultados diversos. Em estudo de acompanhamento de 40 anos de duração (dos 8 aos 48 anos de idade), destacaram-se como fatores de risco principalmente baixa renda familiar, classe social baixa e moradia pobre¹⁴.

Outro fator ambiental de grande relevância é a violência contra a criança, fenômeno frequente na sociedade. Abuso e negligência na infância têm associação com psicopatia na idade adulta – isso foi observado em estudos tanto prospectivos quanto retrospectivos. Há diversas maneiras pelas quais o abuso em crianças pode levar à psicopatia¹⁴: de maneira direta, por agressão física e lesão cerebral, prejudicando habilidades de aprendizagem e socialização; desencadeando reatividade

emocional exagerada e aumento de vigilância aos sinais de perigo; afetando a maneira como a criança processa informações e lida com problemas; diminuindo sua sensibilidade à violência e à dor; e diminuindo sua habilidade de criar apego seguro.

Estudos forenses indicam que reclusos psicopatas apresentam níveis mais altos de abuso do que outros presos, e a soma dos eventos e o abuso emocional estão associados com os escores de Psychopathy Checklist – Revised (PCL-R)¹⁴. A influência de eventos adversos precoces no desenvolvimento de criminosos psicopatas é evidente¹⁷. Diversos estudos encontraram associação entre violência contra a criança e psicopatia em prisioneiros^{18,19}; além disso, trauma na infância, especialmente o emocional, esteve associado com TPAS e crime na vida adulta em mulheres²⁰.

Outros fatores considerados ambientais e também relacionados à psicopatia podem ter efeito mais direto sobre a via biológica e sobre o cérebro e seu funcionamento, podendo, portanto, também ser considerados biológicos¹⁴. São eles: traumatismo cranioencefálico, exposição a toxinas (chumbo, tabaco e álcool) durante a gestação, complicações no nascimento (uso de fórceps, cesárea de emergência, parto vaginal com vácuo extrator e parto pélvico).

Finalmente, cabe aqui destacar que certos fatores ambientais, como experiências traumáticas precoces e cuidados parentais inadequados, podem modificar respostas biológicas e levar à psicopatia através de mecanismos biológicos e alteração do funcionamento cerebral – por exemplo, dos sistemas envolvidos na regulação de comportamento, responsividade ao estresse, alteração na substância branca do corpo caloso e no estriado (o ambiente influenciaria o desenvolvimento do estriado de maneira a alterar sua futura suscetibilidade à dependência de drogas, impulsividade e comportamentos antissociais)¹⁴, dentre outras regiões que podem ser afetadas por influências ambientais.

INTERAÇÕES BISSOCIAIS

Costuma-se categorizar como fatores de risco biológicos a estrutura e o funcionamento cerebral, os neurotransmissores e os hormônios. No entanto, a maneira como se manifestam e alterações nessas estruturas podem ter origem tanto genética quanto

ambiental, ou refletir uma interação entre ambos, o que é denominado de interação biossocial¹⁴. Sem levar isso em conta, é possível que se subestime a influência de cada um desses fatores etiológicos sobre o transtorno. O indivíduo pode ter genes de risco, mas que conferem baixo risco a não ser que sofram influência ambiental¹⁴. É a interação entre os fatores biológicos e ambientais que configura o fenótipo psicopático de cada indivíduo, mas pouco se sabe sobre isso, pois é difícil investigar.

Glenn & Raine¹⁴ descrevem duas teorias sobre como o ambiente social viria interagir com fatores de risco genéticos e biológicos. Uma delas postula que os fatores biológicos e ambientais, quando (ambos) presentes, potencializam um ao outro e aumentam a chance de psicopatia; diz também que, quando há fatores de risco biológicos, mas o ambiente é saudável, a chance de desenvolver psicopatia diminui. A outra teoria diz que a determinação biológica só tem peso significativo no desenvolvimento da psicopatia quando o ambiente é saudável, e que, em ambientes patológicos, os fatores sociais camuflariam os biológicos, deixando-os com peso mais fraco na determinação do transtorno. Esses estudos são importantes porque sugerem que os fatores ambientais podem atuar como fatores de proteção.

É de se destacar, ainda, a importância da epigenética no entendimento do complexo construto da psicopatia^{5,14}, em adição aos estudos de genética comportamental e molecular. A epigenética estuda as interações gene-ambiente e os mecanismos fisiológicos que podem mudar a maneira como os genes se expressam. É importante determinar em que ponto e através de que mecanismos os fatores ambientais específicos podem alterar a expressão gênica. Como não se pode introduzir um estressor em um ambiente, sugere-se a introdução de intervenções preventivas, monitorando, a partir daí, a expressão gênica, o funcionamento cerebral e o comportamento, a fim de tentar entender melhor como o ambiente influencia o desenvolvimento da psicopatia¹⁴.

QUESTÕES ÉTICAS

A psicopatia é um tema que suscita diversos questionamentos éticos, ainda mais com tantas lacunas a serem respondidas quanto à sua etiologia, ao desenvolvimento do fenômeno e ao seu manejo. Alguns pontos essenciais serão analisados a seguir.

Julgamento moral e emoção

Os psicopatas têm consciência das diferenças entre o certo e o errado, e agem intencionalmente, com o entendimento de que há leis e repercussões quando de sua violação¹⁴. No entanto, não é somente a parte cognitiva que influi na tomada de decisão quanto a ter um comportamento moral apropriado, mas também a emocional. Estudos nos campos da psicologia e das neurociências têm demonstrado que nosso julgamento moral é altamente influenciado por emoções¹⁴. Estudos de neuroimagem mostram que, durante o processo de tomada de decisão, especialmente quando se pode causar dano a terceiros, são ativadas áreas cerebrais envolvidas no processamento emocional. Os psicopatas, por sua vez, apresentam redução significativa na estrutura e no funcionamento dessas regiões cerebrais, podendo ter prejuízo nas emoções que proporcionam motivação para a maior parte dos indivíduos se comportar moralmente¹⁴.

Diferenças individuais na tomada de decisão moral

As pessoas são o resultado de seus genes em interação com o ambiente, portanto demonstram diferenças individuais na capacidade de se comportar de acordo com padrões considerados moralmente apropriados. Além do que foi citado acima, muitos outros fatores influenciam o julgamento (por exemplo, o grau de controle sobre os próprios impulsos). O progresso nas neurociências indica que diferenças cerebrais sutis influenciam o comportamento, o que permite questionar o conceito de livre arbítrio e torna mais difícil traçar uma linha divisória clara entre os responsáveis e os não responsáveis¹⁴.

Glenn & Raine¹⁴ propõem a difícil tarefa de pensar essas ideias à luz de três contextos: proteção da sociedade; conhecimento dos sentimentos e direitos das vítimas; e equilíbrio entre tratamento do psicopata versus proteção da sociedade. No primeiro contexto (proteção da sociedade), os autores colocam que a sociedade deve estar protegida de indivíduos que têm risco aumentado de provocar dano, independentemente das influências etiológicas que levaram a isso. Com relação ao segundo contexto (conhecimento dos sentimentos e direitos das vítimas), a justiça restaurativa permite a interação da vítima com o agressor, para que a primeira expresse o impacto do crime sobre sua vida e questione fatos sobre o incidente. O criminoso pode também

¹ Psiquiatra forense pela Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), Porto Alegre, RS. Especialista em Psiquiatria Forense pela ABP. Especialista em Psicoterapia de Orientação Analítica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS. Mestre em Ciências da Saúde pela UFCSPA, Porto Alegre, RS. Doutoranda em Ciências da Saúde pela UFCSPA, Porto Alegre, RS. Médica psiquiatra judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJRS), Porto Alegre, RS. ² In memoriam.

fornecer sua versão da história, e é dada oportunidade para que compense a vítima. Finalmente, a explicação de como os fatores neurobiológicos podem influir na capacidade de empatia e de tomada de decisão deveria ser contextualizada como fator de risco para violência, mas não para eximir o psicopata da imputabilidade, pois, ainda que haja evidências empíricas de que alguns indivíduos possam ter déficits que prejudiquem suas habilidades de tomar decisões apropriadas, a ideia de que eles devam ser considerados não responsáveis pelos seus comportamentos não se justifica. O terceiro contexto diz respeito ao equilíbrio entre o tratamento humanizado do psicopata criminoso *versus* a proteção da sociedade.

Neurociências no tribunal

O uso de exames de neuroimagem, como ressonância magnética funcional, para ajudar a determinar responsabilidade penal é uma questão controversa. Uma série de argumentos¹⁴, descritos a seguir, indicam que, apesar da evolução de tal ciência, é precoce utilizá-la para casos individuais, por inúmeras razões.

Sabe-se que os padrões de alteração nos exames não são os mesmos para todos os psicopatas, e não existe uma relação direta entre alguma alteração cerebral e psicopatia, nem mesmo modificações patognomônicas. Os estudos comparam médias entre grupos, mas não se prestam para avaliações individuais. Também não se consegue afirmar, no estágio de conhecimento atual, que nível de funcionamento em diferentes regiões cerebrais deve ser considerado anormal e capaz de se correlacionar com prejuízo na capacidade de se comportar de maneira moralmente aceitável. Não existem pontos de corte neurobiológicos definidos para indicar se alguém deve ser considerado responsável criminalmente ou não.

Cabe reforçar que os estudos ainda têm amostras pequenas, grandes áreas de intersecção dos resultados e definição variável do transtorno; além disso, tanto psicopatas como não psicopatas podem apresentar alterações¹. O que as evidências mostram é que as diferenças em algumas regiões cerebrais podem aumentar o risco para o desenvolvimento de traços antissociais, mas estão longe de estabelecer uma relação causal¹⁴. A preocupação com essas associações vem do fato de estarmos em estágios iniciais de pesquisa na correlação

de achados neurobiológicos e comportamento criminal na psicopatia, e os operadores do direito, nesse sentido, poderiam interpretar as imagens como mais acuradas do que realmente são, o que seria arriscado e maléfico.

Por outro lado, pode-se argumentar que não seria ético não levar isso em conta, questionando-se se mesmo mínimas alterações poderiam impactar dramaticamente no comportamento. No entanto, não se tem essas respostas. Sabe-se que não se pode estabelecer relação causal segura, mas talvez se possa ao menos considerar as alterações cerebrais, em alguns casos, como fatores de risco biológicos para o comportamento criminal, dentre tantos outros fatores que o influenciam (como ter sofrido violência na infância)¹⁴. Por enquanto, é prematuro usar neuroimagem nos julgamentos, a não ser em casos muito severos (por exemplo, presença de tumor cerebral), mas isso poderá, talvez, tornar-se uma realidade com a evolução da tecnologia. Nesse cenário futuro, medidas objetivas teriam que ser criadas para definir anormalidades e seus diferentes graus, e ainda estamos muito longe disso. Por fim, é importante ter em mente que o fato de considerar um fator de risco neurobiológico para violência em alguns casos específicos não implica abandono dos conceitos de responsabilidade e imputabilidade¹⁴.

Implicações sobre a responsabilidade penal

Será que um psicopata, por ter alguma alteração cerebral, deve ser considerado sem livre arbítrio para a tomada de decisão e ter reduzida sua responsabilidade penal? Por um lado, como já foi dito, não é só a cognição que influi na tomada de decisão¹⁴. Por outro, todos os comportamentos humanos são guiados pelo cérebro, então ninguém mais poderia ser punido. Ademais, sabe-se que há uma associação pequena entre modificações no tamanho e funcionamento de certas regiões cerebrais e psicopatia¹.

Na avaliação da capacidade de entender o caráter ilícito do fato, verifica-se se a pessoa é capaz de entender e distinguir, dentre suas ações, as que são consideradas lícitas e as que não o são. A lei não exige empatia ou motivação moral, mas apenas que o indivíduo tenha entendimento do ato ilícito que cometeu – até porque todos os criminosos têm, para os crimes que cometeram, diminuição das restrições morais¹. Já na avaliação da

capacidade de se determinar segundo seu entendimento, deve-se avaliar se os atos são premeditados ou impulsivos – não esquecendo que a impulsividade caracteriza a conduta criminal do ser humano em geral¹.

Quanto à literatura mais atual que aponta associação entre psicopatia e características genéticas, morfológicas e funcionais do sistema nervoso central e periférico – o que poderia ser invocado como atenuante da responsabilidade em indivíduos afetados que cometeram crimes –, tem-se que, no máximo, o indivíduo apresentaria predisposição à violência em certos contextos. É importante salientar que vários países consideram a presença de psicopatia não como atenuante da responsabilidade penal, e sim como agravante. E, mesmo em países em que sua constatação pode resultar em diminuição da responsabilidade penal, tal diagnóstico implica maior tempo de confinamento¹.

Uso de fatores biológicos na predição criminal

O dilema aqui é o receio de que a informação biológica seja utilizada para tentar prever qual indivíduo cometerá um crime, remetendo a um passado lombrosiano (embora mais sofisticado) e, em um extremo, cerceando sua liberdade de antemão. No entanto, os achados atuais não são determinísticos, as associações são pequenas e não se pode estabelecer causalidade. Além disso, o objetivo não é prever se um indivíduo vai se tornar um criminoso, e sim identificar precocemente os indivíduos que têm fatores de risco para psicopatia, a fim de que se possa investir em fatores ambientais de proteção que tentem minimizar ou compensar os fatores de risco biológicos, com o intuito da prevenção precoce¹⁴.

Ambiente adequado para o criminoso psicopata

A internação em hospital psiquiátrico forense não se justifica, pois não existe “especial tratamento curativo” (como rege a Lei²¹) para a psicopatia. Além disso, tal internação pode ser perigosa, uma vez que o afrouxamento de limites e a vulnerabilidade dos demais pacientes predispõem à piora de suas características predatórias de personalidade¹. Ao contrário, tais indivíduos precisam de ambientes que proporcionem limites rígidos, em locais onde não possam manipular ou abusar de outros pacientes mais frágeis, como os psicóticos ou retardados mentais. Hoje, a melhor opção no Brasil é o confinamento na cadeia, com limites

precisos, não exposição de outros doentes a seus comportamentos e proteção da sociedade contra novos atos violentos¹. Na realidade, seria imperioso oferecer um ambiente específico e diferenciado, humanizado, com pessoal treinado, segurança adequada e abordagens específicas para o transtorno – algo que não existe ainda no Brasil –, a fim de sermos éticos com eles, com os outros doentes psiquiátricos e com a sociedade.

Pesquisa em psicopatas presos

Apesar de se tratar de pesquisa em população vulnerável, estudos trazem conhecimento e consequentes benefícios para o próprio grupo de psicopatas. No entanto, deve-se ter o cuidado de evitar “comprar” a participação no estudo através de benefícios secundários, tais como melhor alimentação, visitas, ou mesmo transferências de casas prisionais²². Por outro lado, deve-se evitar punições se o indivíduo não quiser participar do estudo, e há que ser solicitado o consentimento livre e esclarecido.

Evidentemente, não se tem aqui a pretensão de esgotar as questões éticas envolvidas na psicopatia. Na verdade, há mais questionamentos do que respostas.

CONCLUSÕES

O clássico modelo biopsicossocial hipotetiza que a psicopatia se desenvolve quando há componentes genéticos e neurobiológicos associados a traços de personalidade como impulsividade, com aumento de risco quando esses indivíduos são expostos a uma família disfuncional e agravamento quando o ambiente social do entorno falha na proteção básica. Mais modernamente, tem se visto que, na realidade, estressores ambientais podem influenciar os fatores biológicos para muito além de sua determinação genética, com consequentes repercussões no desenvolvimento e fenótipo da psicopatia. Atuando na expressão gênica, fatores ambientais podem modificar o cérebro, alterando os traços psicopáticos, aumentando o risco para a patologia ou, ao contrário (de maneira positiva), protegendo o indivíduo. Modificar o ambiente é crucial, pois dessa forma os fatores de risco biológicos podem ser reduzidos. O fato é que a interação entre os fatores genéticos, biológicos, ambientais, sociais e psicodinâmicos se dá de maneira complexa e ainda

¹ Psiquiatra forense pela Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), Porto Alegre, RS. Especialista em Psiquiatria Forense pela ABP. Especialista em Psicoterapia de Orientação Analítica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS. Mestre em Ciências da Saúde pela UFCSPA, Porto Alegre, RS. Doutoranda em Ciências da Saúde pela UFCSPA, Porto Alegre, RS. Médica psiquiatra judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJRS), Porto Alegre, RS. ² In memoriam.

é pobremente entendida. Os estudos são a base para o desenvolvimento de abordagens preventivas e terapêuticas mais eficazes, sendo que, para que se tenha alguma chance de êxito, as intervenções devem ter início na infância.

Por fim, tanto o estudo quanto o manejo de portadores de psicopatia podem acarretar inúmeros dilemas éticos que impactam no profissional forense. Ao considerar os desafios éticos que a evolução da neurociência traz para a psiquiatria forense e para o direito penal, não devemos pensar essas questões em extremos – por exemplo, punindo a todos, independentemente das alterações cerebrais que apresentam, ou deixando todos livres, por considerar que qualquer crime é consequência de alteração biológica –, e sim continuar estudando para melhor entender esses fatores que permeiam a complexa interação de dois mundos: Direito e Psiquiatria. Dessa forma, objetiva-se poder definir a melhor abordagem levando em conta todas as particularidades de cada caso.

Os autores informam não haver conflitos de interesse associados à publicação deste artigo.

Fontes de financiamento inexistentes.

Correspondência: Helena Dias de Castro Bins, Rua Dr. João Dutra, 10/701, CEP 90630-100, Porto Alegre, RS. E-mail: helenabins@gmail.com

Referências

1. Teitelbaum PO, Fichbein BC, Martins CD, Bins HDC, Schwengber HE, Moreira LL, Christoff MU, Cohen M, Albrecht RB, Cardoso RG. Psicopatia e transtorno antissocial de personalidade: implicações sobre a responsabilidade penal. *Multijuris*. 2012;7:57-67.
2. Cleckley HM. 1941. *The mask of sanity*. 5th ed. St. Louis: Mosby Co.; 1988.
3. Kröber HL, Lau S. Bad or mad? Personality disorders and legal responsibility--the German situation. *Behav Sci Law*. 2000;18:679-90.
4. Thompson DF, Ramos CL, Willett JK. Psychopathy: clinical features, developmental basis and therapeutic challenges. *J Clin Pharm Ther*. 2014;39:485-95.
5. Tamatea AJ. 'Biologizing' psychopathy: ethical, legal, and research implications at the interface of epigenetics and chronic antisocial conduct. *Behav Sci Law*. 2015;33:629-43.
6. Teitelbaum PO, Martins CDN, Machado AM, Bins HDC, Schwengber HE, Moreira LL, Christoff MU, Adad MA, Cohen M, Albrecht RB, Cardoso RG. Comportamento violento e doença mental: o que sabemos na atualidade? *Multijuris*. 2011;6:45-57.
7. Glenn AL, Raine A. Psychopathy and instrumental aggression: evolutionary, neurobiological and legal perspectives. *Int J Law Psychiatry*. 2009;32:253-8.
8. Spidel A, Lecomte T, Greaves C, Sahlstrom K, Yuille JC. Early psychosis and aggression: predictors and prevalence of violent behavior amongst individuals with early onset psychosis. *Int J Law Psychiatry*. 2010;33:171-6.
9. Ullrich S, Yang M, Coid J. Dangerous and severe personality disorder: an investigation of the construct. *Int J Law Psychiatry*. 2010;33:84-8.
10. Simon RI. Homens maus fazem o que homens bons sonham: um psiquiatra forense ilumina o lado obscuro do comportamento humano. Porto Alegre: Artmed; 2009.
11. Hare RD. Sem consciência: o mundo perturbador dos psicopatas que vivem entre nós. Porto Alegre: Artmed; 2013.
12. Abdalla-Filho E. Transtornos de personalidade. In: Taborda JGV, Abdalla-Filho E, Chalub M. *Psiquiatria forense*. Porto Alegre: Artmed; 2012. p. 430-49.
13. Raine A. *The anatomy of violence: the biological roots of crime*. New York: Pantheon; 2013.
14. Glenn AL, Raine A. *Psychopathy – an introduction to biological findings and their implications*. New York: New York University; 2014.
15. Viding E, McCrory EJ. Genetic and neurocognitive contributions to the development of psychopathy. *Dev Psychopathol*. 2012;24:969-83.
16. Paris J. A biopsychosocial model of psychopathy. In: Millon T, Simonsen E, Birket-Smith M, Davis RD. *Psychopathy: antisocial, criminal and violent behavior*. New York: Guilford Press; 1998. p. 277-87.

ARTIGO DE REVISÃO

HELENA DIAS DE CASTRO BINS
JOSÉ GERALDO VERNET TABORDA

ARTIGO

17. Borja K, Ostrosky F. Early traumatic events in psychopaths. *J Forensic Sci.* 2013;58:927-31.
18. Krischer MK, Sevecke K. Early traumatization and psychopathy in female and male juvenile offenders. *Int J Law Psychiatry.* 2008;31:253-62.
19. Cima M, Smeets T, Jelacic M. Self-reported trauma, cortisol levels, and aggression in psychopathic and non-psychopathic prison inmates. *Biol Psychol.* 2008;78:75-86.
20. Bins HDC. Transtorno de humor e conduta antissocial em mulheres: avaliação de trauma na infância [dissertação]. Porto Alegre: Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre; 2012.
21. Brasil. Lei nº 7.209, de 11 de julho de 1984. Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e dá outras providências. *Diário Oficial da União.* 13 jul 1984; seção 1:10217.
22. Taborda JGV, Bins HDC. Ética em psiquiatria forense: antigos dilemas, novos desafios. *Rev Bioetica.* 2009;17:191-201.